



Processo nº 5/PP/2022-G

Requerente: Dr. (...)

Objecto: Publicidade

Relatora: Dra. Maria Emília Morais Carneiro

PARECER

Objecto do parecer

Veio o Sr. Advogado Dr. (...) requerer a emissão de Parecer sobre as seguintes duas questões:

1ª) - *Pretendendo um grupo de empresas, uma espécie de associação, criar uma página de Internet com o fim de publicitar bens e serviços essenciais e/ou comuns ao tecido empresarial português, nomeadamente limpeza, advocacia, contabilidade, economato, desenvolvimento de sites, informática, etc., Sendo que uma das janelas personalizadas será alusiva à Advocacia com o seguinte teor: “(...) Advocacia. Com experiência profissional de (...) anos de mercado o (...) representa nas áreas de direito de trabalho e societário.”*

Clicando nessa janela Advocacia, acede-se a outro sítio de Internet com informação do membro “Advogado (...), morada, localização, serviços, quem é, o link oficial, endereço de email, etc. “ (...) As atividades e serviços de cada membro do grupo, serão prestados individualmente, sem qualquer conexão ou interferência dos demais membros; (...) Inexistirá partilha de dados dos clientes, entre os membros (...). Apenas existirá um grupo, uma espécie de associação, com o objetivo de partilhar um sítio de Internet dedicado em exclusivo aos nossos serviços. (...)

2ª) - *Um advogado pode associar-se a um grupo de empresários para, em conjunto, criarem uma página de Internet e divulgarem as respetivas atividades*



económicas? (...) No caso afirmativo, no mesmo sítio de Internet, podem ser publicitadas as atividades económicas conjuntamente com a advocacia? No caso negativo, o advogado pode criar uma página de Internet autónoma para divulgar o nome, local do escritório, email, áreas de atuação preferencial e período de funcionamento? (neste caso a página principal omitiria a informação de advocacia).

Análise

Como diz João M. Loureiro, in *Direito da Publicidade*, Ed. 1981, 115:

“ O princípio é o de que aos Advogados - e, com eles, às Sociedades Cíveis de Advogados está proibida qualquer publicidade, a qual deve entender-se em sentido comercial, ou seja propagandístico. É que, e já explicava Luís da Silva Ribeiro, o advogado não é um comerciante ou um industrial que anuncie pomposamente os seus produtos e mercadorias (ob.cit., 96).”

Perfilhamos da mesma opinião no sentido de que o exercício da advocacia, não se pode confundir com qualquer outra actividade comercial porque o Advogado tem uma dignidade própria que lhe é conferida com o reconhecimento constitucional da sua essencialidade para a administração da justiça, nos termos do art.º 208º da CRP. Deste modo o seu exercício não deve submeter-se a formas de publicitação de uma qualquer actividade comercial que ponha em causa a nobreza e a dignidade da sua função enquanto profissional, razão pela qual entendemos, que o exercício da advocacia não deve ser publicitado ou associado a qualquer outra actividade. (Neste sentido já se havia pronunciado o *Parecer nº 41/PP/2012-G* da Ordem dos Advogados).

Obviamente que os Advogados não poderão ficar excluídos das redes sociais, nem aos mesmos estará vedado o acesso à Internet para publicitarem



os seus serviços, contudo deverão fazê-lo no estrito respeito pelos seus deveres deontológicos, devendo essa publicitação ser feita apenas nos termos expressamente autorizados pelos números 1, 2 e 3 do *artigo 94º* do EOA.

Pelo exposto entendemos que a forma de publicidade invocada pelo Sr. Advogado consulente não respeita minimamente esses deveres deontológicos dado o modo como é apresentada, ou seja, em associação com outras actividades comerciais que nada têm a ver com o exercício da advocacia, confundindo-se assim ela própria com outra actividade comercial, o que em nosso entender fere a dignidade da profissão.

Entendemos também que o facto de o Sr. Advogado publicitar os seus serviços ou estar associado a um grupo de empresas, uma espécie de associação, como é referido pelo próprio, que pretende criar uma página de Internet com o fim de publicitar bens e serviços essenciais e/ou comuns ao tecido empresarial português, nomeadamente limpeza, contabilidade, economato, desenvolvimento de sites, informática, etc., colide com o dever consagrado na *al. h)* do *nº 2* do *art.º 90º* do EOA, considerando-se um acto de *angariação de clientela* que atenta contra a dignidade da profissão de advogado, prejudicando o prestígio da advocacia.

Relativamente à **segunda questão** que se resume aos mesmos factos colocados na primeira, só que de forma invertida, entendemos não haver necessidade de nos pronunciarmos pois já foi tudo dito.

Em conclusão

- 1- Será lícita a publicitação de advogado ou sociedade de advogados num sítio da Internet, desde que o seu teor seja meramente informativo, respeitando o preceituado no *art.º 94º* do EOA, como seja a menção ao nome do Advogado, ou sociedade de Advogados, o endereço do



escritório, horário de expediente, a indicação das áreas ou matérias jurídicas de exercício profissional, entre outros especificados no referido preceito legal. Constituindo actos ilícitos de publicidade todos os previstos no seu nº 4.

- 2- A participação ou divulgação da actividade profissional da advocacia num sítio da Internet juntamente com um grupo de empresas, com o fim de publicitar bens e serviços essenciais e/ou comuns ao tecido empresarial português, nomeadamente limpeza, contabilidade, economato, desenvolvimento de sites, informática, entre outros, constitui um acto de *angariação de clientela* que atenta contra a dignidade da profissão de advogado, ferindo o principio deontológico previsto na *al. h)* do nº 2 do art.º 90º do EOA.

À próxima sessão plenária do C. Geral.

Tavira, aos 22 de Abril de 2022

A Relatora

Maria Emília Moraes Carneiro

Aprovado em Reunião do Conselho Geral de 29 de Abril de 2022